



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SGPe SES 00154641/2026

REQUISITANTE

Anexo I

1. DO OBJETO (ARTS. 6º, XXIII, “A”; 18, II; e 40, § 1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)

Solicitação de contratação de serviço engenharia para fornecimento e instalação de 01 (uma) bomba hidráulica submersível para drenagem de águas pluviais, com potência de 5 CV, pré-filtro, crivo, pressão máxima de 18 mca, vazão máxima de 115.000 L/h, conexão de saída de 3", 724 mm de altura, motor trifásico, 380 V, conexão hidráulica por rosca e aterramento, incluindo quadro de comando e proteção, sistema de acionamento automático por nível de água e operação manual, bem como todos os equipamentos, materiais, acessórios e infraestrutura elétrica necessários ao perfeito funcionamento, incluindo cabos, eletrodutos, dispositivos de proteção e seccionamento. Fornecimento de manual de operação e garantia mínima de 01 (um) ano, com instalação integral pela contratada.

A aquisição será realizada por meio de contratação direta, visando ao atendimento de demanda das unidades próprias da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES/SC.

As condições de vigência e prorrogação constam no item 13.

1.1. Especificações e quantidades:

1.1.1. Conforme Anexo I.

1.2 Histórico de contratação do objeto:

1.2.1. Existe Contrato anterior: () Sim (X) Não.

1.2.2. Contrato anterior: _____.

1.3. Do catálogo eletrônico de padronização de compras (art. 19, II, da Lei nº 14.133/2021):

1.3.1. As especificações contidas nos anexos respeitam o Catálogo de Materiais e Serviços do Governo do Estado, cuja consulta pode ser feita no [link](#).

1.3.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no presente Termo de Referência e no Catálogo, prevalecem as primeiras.

1.4. Da natureza do objeto (art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e art. 5º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 2.355/2022):

1.4.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características técnicas e funcionais, definidas por meio de especificações usuais existentes no



mercado.

1.4.2. Os serviços não se enquadram como sendo de luxo, nos termos do Decreto Estadual nº 2.355/2022.

1.4.3. Não se enquadram como bens de luxo, os quais, conforme definição do art. 2º, II, da Resolução TCU nº 341/2022, são aqueles “de consumo ostentatório, opulento, de abordagem personalizada ou refinada, de elevado grau de sofisticação, de distribuição seletiva, alto preço, escassez, raridade e exclusividade, com forte apelo estético, de tradição ou história, cuja qualidade supera a das demandas ordinárias das unidades do Tribunal, por haver substitutos com características técnicas e funcionais equivalentes de qualidade comum”.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “B” DA LEI Nº 14.133/2021)

2.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, esta aquisição se justifica pelo seguinte motivo:

Trata-se da necessidade pública de contratação de serviços de fornecimento e instalação de sistema de bombeamento de águas pluviais para o Anexo I, haja vista a ausência de infraestrutura adequada para o escoamento no local.

A contratação tem por finalidade implementar medidas preventivas de mitigação de riscos de alagamento nas áreas do subsolo do Prédio Anexo I da Secretaria de Estado da Saúde. A demanda decorre do estado de alerta climático vigente no Estado de Santa Catarina, associado à ocorrência do fenômeno El Niño e à previsão de eventos meteorológicos extremos, com possibilidade de precipitações intensas, enchentes e alagamentos, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual nº 1.530, de 18 de maio de 2026.

O subsolo do Prédio Anexo I possui histórico de acúmulo de água durante eventos de chuvas intensas, situação que pode ocasionar danos à infraestrutura predial, equipamentos, veículos oficiais, materiais armazenados e sistemas essenciais ao funcionamento.

Destaca-se que no subsolo encontram-se áreas estratégicas e sensíveis para a continuidade dos serviços prestados pela SES, tais como:

- Laboratório de Entomologia;
- Subestação de energia elétrica;
- Gerador de energia elétrica;
- Ambientes vinculados à Diretoria de Tecnologia da Informação e Governança (DTIG);
- Garagem e demais áreas de apoio operacional

A instalação da bomba adquirida deverá ser realizada pelos próprios fornecedores, obedecendo às instruções das normas técnicas, de segurança do trabalho e de recomendações do fabricante, quanto aos critérios de instalação/operação e da realização das manutenções.

Portanto, faz-se necessário a abertura de processo de compra direta, a fim de garantir a segurança e continuidade dos sistemas.

A bomba será instalada em uma galeria de dimensões de 2m x 2m x 1m localizada na garagem do Prédio Anexo I, onde existe uma tubulação de 75mm de diâmetro a espera da bomba ser instalada.



2.2. Justificativas adicionais: Não será necessário.

2.3. Pelo estudo de informações da hidrologia local e regional, segue a vazão a partir da intensidade da precipitação para subsidiar os cálculos para o sistema de bombeamento proposto.

1. Objeto e Necessidade da Intervenção A presente contratação visa a aquisição e instalação de um sistema de bombeamento para o subsolo (garagem) do Edifício Anexo da Secretaria de Saúde. Esta medida é imperativa para mitigar falhas crônicas de drenagem que comprometem a segurança patrimonial e sanitária da unidade. Conforme as diretrizes do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico (PMISB 2009), Florianópolis possui uma infraestrutura de drenagem historicamente implantada sem critérios técnicos globais, o que resultou em um sistema subdimensionado e vulnerável a ocupações urbanas crescentes.

2. Diagnóstico da Infraestrutura e Regime de Falha O principal sistema de escoamento local, composto por uma tubulação de saída de 200 mm em concreto e um conjunto de 09 caixas de passagem gradeadas, apresenta sinais claros de insuficiência técnica. Em eventos de precipitação intensa, a incapacidade de vazão do canal receptor eleva a linha d'água, forçando a rede a operar em regime de conduto forçado. Esse fenômeno, agravado pelo fato de o canal da região central que muitas vezes corre por baixo de edificações, resulta na inversão do fluxo pluvial para o interior do subsolo.

3. Análise de Vulnerabilidade e Pressão Hidrostática A fragilidade da estrutura foi comprovada em análise in loco em 29 de dezembro de 2025, onde Florianópolis registrou precipitação superior a 110 mm concentrada em apenas 3 a 4 horas (Epagri/Ciram; Defesa Civil). O escoamento de 110 mm de precipitação, saturou o solo adjacente e elevou o lençol freático local. Gerou pressão hidrostática negativa, justificando a ocorrência de exaltações e infiltrações observadas por diversos pontos do piso da garagem.

4. Parâmetros de Projeto e Eventos Extremos Para garantir a segurança contra desastres climáticos, o dimensionamento utiliza o recorde histórico de 404,8 mm registrados em 24 horas pelo INMET em novembro de 1991, dado este consolidado no Estudo Hidrológico do (PMISB 2009). A transformação desse volume em vazão de projeto segue os coeficientes regionalizados de Back et al. (2016), que estabelecem para o litoral catarinense o maior fator de desagregação do estado (1,24 para conversão de 24h e 0,23 para chuva de 1h). A aplicação desses índices evita erros de dimensionamento superiores a 40%, comuns quando se utilizam médias nacionais defasadas.

5. Conclusão e Vazão Adotada Utilizando o Método Racional, recomendado para bacias de até 10 km², determinou-se uma intensidade de projeto de 115,45 mm/h. Considerando o alto índice de impermeabilização do solo na região do centro de Florianópolis, o sistema deve ser capaz de drenar 28,9 L/s para cada 1.000 m². Portanto, recomenda-se o dimensionamento para uma vazão de 430 m³/dia, garantindo a proteção contra picos reais de inundação e a conformidade estrutural do Anexo perante o regime pluviométrico crítico de Florianópolis.

6. Momento de precipitação - precipitação acumulada até 50 mm em 24 h Para escoamento posterior ao bombeamento mediante o sistema de drenagem da região direcionar para a boca de lobo mais próxima na rua Presidente Coutinho.

7. Momento crítico - precipitação até 100 mm em 24 h (aviso das autoridades) Para escoamento posterior ao bombeamento mediante o sistema de drenagem da região direcionar para o canal diretamente ao lado oposto do Anexo a rua Presidente Coutinho.



8. Momento extremo crítico - precipitação acima de 100 mm (aviso das autoridades) Para escoamento posterior ao bombeamento mediante o sistema de drenagem da região entrar em colapso, uma das soluções é o direcionamento das águas com mangueiras pela sarjeta da rua Esteves Júnior, até após a rua Prefeito Coronel Antônio Mesquita (esta rua as águas são drenadas em direção do Anexo). Passando dela é alcançado o outro tramo do sistema de drenagem segue pela rua Esteves júnior em direção ao mar.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (ARTS. 6º, XXIII, “C”, e 18, § 1º, VII, DA LEI Nº 14.133/2021)

3.1. Solução como um todo

3.1.1. A solução existente é a aquisição imediata do equipamento solicitado, já que a Unidade Administrativa não dispõe de equipamento para garantir funcionamento do sistema de bombeamento de águas pluviais;

3.1.2. Para implantação do equipamento, serão realizadas adequações na área da garagem do Anexo I. Segue abaixo:

- 01 caixa de drenagem a nível do solo medindo 100 x 200 x 200 cm (P x L1 x L2) para recepção das águas pluviais;
- Conjunto canaletas de drenagem para escoamento das águas pluviais direcionadas a caixa de drenagem;
- Instalações hidráulicas (tubulações de 75 mm - 60 metros) para recalque (bombeamento) da caixa de drenagem;
- Instalação de registros de gaveta na extrema (muro - lateral á rua Pres. Coutinho) para direcionamento das águas pluviais
- Disponibilização de 1 mangueira tipo bombeiro (150m) para conexão para momento crítico de precipitação e escoamento acima de 100mm.

Para termos opções em momento de crise de baixa e intensa precipitação, haverá duas possibilidades para direcionamento das águas recalçadas do anexo I, a partir dos registros de gaveta instalados na extrema do muro - lateral á rua Presidente Coutinho.

Caminho I: (precipitações inferiores a 100mm) O bombeamento estará condicionado ao funcionamento automático permanentemente para escoamento das águas pluviais para o sistema de drenagem da rede pública da rua Presidente Coutinho e consequentemente ao canal de drenagem, sistema que direciona pela rua Presidente Coutinho e Avenida Otton Gama D’êça e ao mar;

Caminho II: (precipitações acima de 100 mm - mediante aviso defesa civil e autoridades) O bombeamento será direcionado para rua Esteves Júnior, escoando as águas para o sistema de drenagem da rede pública. Esta opção necessita da conexão da mangueira tipo bombeiro até o ponto de descarga localizado a 150 metros na sarjeta do lado direito da Rua Esteves Júnior. Esta ação é necessária porque trata-se de rede de drenagem pública com escoamentos distintos, direcionando pela rua esteves Júnior para avenida beira mar norte e consequentemente ao mar (Solução condicionada pessoa autorizada/capacitada para ação de



conexão da mangueira - registro e acomodação da mangueira até o ponto de descarga)

Nota importante: a implantação do sistema desta acontecendo concomitante a aquisição da referida bomba de recalque.

3.1.3. Após a aquisição dos equipamentos é esperado a mitigação dos riscos de inundação. Os valores e os quantitativos estão previstos no plano anual de compras, demonstrando ser uma aquisição economicamente viável.

3.2. Condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material (art. 40, IV, da Lei n.º 14.133/2021)

3.2.1. Não se aplica ao caso a descrição de condições de guarda e armazenamento.

3.3. Exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica

3.3.1. Quando cabíveis, as exigências relacionadas à manutenção ou à assistência técnica estão descritas no modelo de execução do objeto (item 5 deste termo de referência).

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “D” DA LEI Nº 14.133/2021)

4.1. As propostas apresentadas deverão atender aos seguintes requisitos:

4.1.1. Especificações e quantidades do objeto (item 1.1.).

4.1.2. Critérios de aceitação da proposta (item 6.).

4.1.3. Critérios de habilitação (item 7.).

4.1.4. Condições de execução do objeto (item 9.).

4.2. Leis e regulamentações:

4.2.1. A execução do objeto deverá observar, no que couber, a legislação, as normas técnicas e os regulamentos vigentes aplicáveis ao fornecimento, instalação, operação e segurança da bomba hidráulica submersível e de seus componentes, especialmente:

a) Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação, no que for aplicável à presente contratação;

b) Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego aplicáveis à execução dos serviços, especialmente a NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, devendo ser observados os requisitos de segurança para instalação, ligação, manutenção e operação das instalações elétricas;

c) ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão, quanto ao dimensionamento, execução, proteção, seccionamento, aterramento e demais requisitos das instalações elétricas necessárias ao funcionamento do equipamento;

d) ABNT NBR 5419 – Proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), quando aplicável às



instalações existentes e às interligações elétricas objeto da contratação;

e) demais normas técnicas da ABNT aplicáveis ao equipamento, aos materiais, aos dispositivos de proteção, aos sistemas de comando e às instalações elétricas e hidráulicas, em suas versões vigentes;

f) especificações, recomendações e instruções de instalação e operação fornecidas pelo fabricante da bomba, do quadro de comando, dos dispositivos de proteção e dos demais componentes integrantes do sistema;

g) normas e regulamentações das concessionárias de energia elétrica e demais órgãos competentes, quando aplicáveis.

4.2.2. Na execução dos serviços deverão ser empregados materiais, componentes e equipamentos novos, de primeiro uso, adequados às características e condições de operação previstas neste Termo de Referência, devendo atender às normas técnicas e aos requisitos de segurança aplicáveis.

4.2.3. Na hipótese de inexistência de norma técnica brasileira específica aplicável a determinado componente ou procedimento, poderão ser adotadas normas técnicas internacionais reconhecidas, desde que compatíveis com a legislação brasileira e com as características do objeto.

4.2.4. A contratada deverá executar integralmente a instalação, os testes de funcionamento, as ligações elétricas e hidráulicas e a configuração do sistema de acionamento automático por nível de água, deixando o conjunto em perfeitas condições de operação e segurança.

4.3. Padrões mínimos de qualidade e desempenho:

4.3.1. A bomba hidráulica submersível e os demais componentes integrantes do sistema deverão ser novos, de primeiro uso, de fabricação regular, sem sinais de utilização anterior, e atender integralmente às características e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3.2. A bomba deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

a) potência nominal de 5 CV;

b) alimentação elétrica trifásica, 380 V;

c) vazão máxima de 115.000 L/h (115 m³/h);

d) pressão máxima de 18 mca;

e) conexão de saída de 3", compatível com a instalação existente ou com a infraestrutura prevista;

f) altura aproximada de 724 mm, ou dimensão compatível com o local de instalação;

g) conexão hidráulica por rosca;

h) sistema de proteção adequado para operação submersível e para as condições de utilização previstas;



i) pré-filtro e crivo, conforme especificações do objeto;

j) aterramento elétrico adequado.

4.3.3. O conjunto deverá ser fornecido com quadro de comando e proteção, dimensionado para a potência e características elétricas da bomba, contendo, no mínimo, os dispositivos necessários à proteção contra curto-circuito, sobrecarga e demais condições anormais de operação, bem como dispositivo de seccionamento adequado.

4.3.4. O sistema deverá possuir acionamento automático por nível de água, mediante dispositivo de controle de nível compatível com a bomba e com as condições de operação do local, permitindo também acionamento manual, de modo a possibilitar testes e operação controlada do equipamento.

4.3.5. Os cabos elétricos, eletrodutos, dispositivos de proteção e seccionamento, conexões, fixações, acessórios e demais materiais necessários à instalação deverão ser dimensionados de acordo com as características da carga, as condições de instalação e as normas técnicas aplicáveis.

4.3.6. A instalação deverá ser executada de forma a garantir o funcionamento seguro e adequado do conjunto, não sendo admitidas soluções provisórias, improvisações ou instalações que comprometam a segurança das pessoas, a integridade dos equipamentos ou a eficiência do sistema de drenagem.

4.3.7. Após a instalação, a contratada deverá realizar testes de funcionamento, contemplando, no mínimo, o acionamento manual, o acionamento automático pelo nível de água, o desligamento automático, o funcionamento do sistema de proteção e o correto bombeamento da água.

4.3.8. O conjunto deverá apresentar funcionamento regular, sem vazamentos, vibrações ou ruídos anormais, aquecimento excessivo, falhas de acionamento ou outras condições que possam comprometer sua operação, devendo a contratada realizar os ajustes necessários antes do recebimento definitivo.

4.3.9. A contratada deverá fornecer manual de operação e manutenção do equipamento, em língua portuguesa, contendo as informações necessárias para sua correta utilização e conservação.

4.3.10. A contratada deverá garantir o perfeito funcionamento do equipamento e da instalação pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, contado a partir do recebimento definitivo, sem prejuízo das garantias legais e das demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3.11. Durante o período de garantia, deverão ser corrigidos, sem ônus adicional para a Contratante, os defeitos ou falhas decorrentes de fabricação, instalação, montagem ou inadequação dos componentes fornecidos, desde que não decorrentes de uso inadequado ou de intervenções realizadas por terceiros não autorizados.

5. DOS PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO

5.1. Do tratamento diferenciado a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º da Lei nº



14.133/2021:

5.1.1. Não aplicável nas compras diretas, conforme disposto no art. 49, IV, da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014).

5.2. Necessidade de vistoria prévia (visita técnica): Não será exigida.

5.2.1. A realização de vistoria prévia será facultativa, não constituindo requisito obrigatório para participação no certame. Todavia, as licitantes declaram-se cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas alegações posteriores de impossibilidade de cumprimento das obrigações contratuais, seja por desconhecimento dos serviços ou por eventuais dificuldades técnicas não previstas. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar a respectiva Declaração de Não Realização de Vistoria, conforme modelo constante do Anexo III. O Atestado de Vistoria, para as empresas que optarem por sua realização, encontra-se no Anexo II.

5.2.2. As visitas deverão ser agendadas como Engenheiro Mecânico ou o Gerente Administrativo da Unidade.

✓ Unidade responsável pelo agendamento da vistoria: Anexo I.

✓ Telefone para agendamento da vistoria (08:00 às 17:00 h): (48) 3664-7305.

✓ E-mail: agapitors@saude.sc.gov.br / Telefone: (48) 3664-8922 (Rafael).

5.3. Participação de consórcios (art. 18, IX, da Lei 14.133/2021): Não será admitida.

5.3.1. A vedação à participação de consórcios de empresas no presente procedimento licitatório não compromete a competitividade. A formação de consórcios mostra-se recomendável apenas em contratações de alta complexidade ou de grande vulto, hipótese que não se aplica ao objeto em análise. Admitir consórcios em contratação de baixa complexidade e de menor expressão econômica poderia, ao contrário, comprometer o princípio da competitividade, na medida em que possibilitaria a união de potenciais concorrentes que, individualmente, possuem plena capacidade de participar do certame. Tal prática configuraria uma distorção, reduzindo a concorrência efetiva e prejudicando a vantajosidade da contratação para a Administração Pública.

5.4. Subcontratação: Não será admitida.

5.5. Do agrupamento de itens em lotes: Não será agrupado em lotes.

5.5.1. Justificativa do agrupamento de itens em lotes: Não se aplica.

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A proposta deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando:

6.1.1. Descrição do objeto, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço físico, endereço eletrônico e telefone de contato, data de emissão e validade, nome completo e identificação do responsável.

6.2. Da amostra (art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021): Não será necessária.



6.3. Da garantia dos itens:

6.3.1. A proposta deverá contemplar garantia mínima de 01 (um) ano, contada a partir do recebimento definitivo do objeto, abrangendo a bomba hidráulica submersível, o quadro de comando e proteção, o sistema de acionamento automático por nível de água e operação manual, bem como todos os materiais, componentes, acessórios e serviços de instalação fornecidos pela contratada.

6.3.2. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, falhas de funcionamento, vícios dos materiais e componentes fornecidos, bem como problemas decorrentes da instalação, montagem, configuração ou interligação dos equipamentos, desde que não decorrentes de uso inadequado ou de intervenção não autorizada.

6.3.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, os reparos, ajustes, substituições de peças, componentes ou materiais que apresentem defeito ou falha abrangidos pela garantia.

6.3.4. Os componentes, peças ou materiais substituídos em decorrência da garantia deverão ser novos e compatíveis com o equipamento, mantendo, no mínimo, as mesmas características técnicas e de desempenho dos componentes originalmente fornecidos.

6.3.5. A garantia deverá compreender também a mão de obra, ferramentas, equipamentos, transporte e demais recursos necessários para a correção dos defeitos ou falhas identificados.

6.3.6. A contratada deverá disponibilizar canal para comunicação de eventuais ocorrências durante o período de garantia e atender às solicitações da Contratante em prazo compatível com a natureza da ocorrência, especialmente quando a falha comprometer o funcionamento do sistema de drenagem.

6.3.7. A garantia contratual não exclui nem reduz as garantias legais previstas na legislação aplicável, especialmente aquelas relativas a vícios ou defeitos dos produtos e serviços fornecidos.

6.3.8. A garantia deverá ser comprovada mediante documentação do fabricante e/ou da própria contratada, apresentada juntamente com os documentos do equipamento, contendo, no mínimo, a identificação do produto, prazo de garantia e condições para seu acionamento.

6.4. Da garantia de proposta (art. 58 da Lei nº 14.133/2021):

6.4.1. Não será exigida garantia de proposta para participação na presente contratação, considerando a natureza e o objeto da contratação, bem como a avaliação de sua necessidade e proporcionalidade pela Administração.

6.4.2. A não exigência de garantia de proposta não dispensa a contratada do cumprimento das obrigações assumidas, nem afasta as responsabilidades decorrentes da execução contratual, nos termos da legislação aplicável.

6.4.3. Justificativa da solicitação de garantia de proposta: Não se aplica.

7. DA HABILITAÇÃO

Para a habilitação, exige-se que o licitante comprove os seguintes requisitos:



7.1. Habilitação jurídica:

7.1.1. Pessoa física: Cédula de identidade ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

7.1.2. Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

7.1.3. Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

7.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.1.5. Sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.1.7. Sociedade empresária estrangeira: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível



com o objeto contratual.

7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

7.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Pública respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.8. O fornecedor enquadrado como MEI, que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Qualificação econômico-financeira (art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021):

7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116/2021), ou de sociedade simples.

7.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme art. 69, caput e inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Qualificação técnica (art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021):

7.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente: Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional no CREA, em plena validade.

7.4.1.1. Não será exigida a apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica para comprovação de aptidão técnico-operacional, considerando as características, a dimensão e a complexidade do objeto, que consiste no fornecimento e instalação de uma única bomba hidráulica submersível, entendendo-se que a exigência poderá representar restrição desproporcional à competitividade, sem prejuízo da obrigação de a contratada executar integralmente o objeto em conformidade com as especificações técnicas, as normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.4.2. Justificativa da necessidade de comprovação de aptidão: Não se aplica.

7.4.3. O documento de comprovação de aptidão para o fornecimento de serviços deve conter as seguintes informações:

- a) prazo contratual – data de início e término;
 - b) local da prestação dos serviços;
 - c) natureza da prestação dos serviços;
 - d) quantidades executadas;
 - e) caracterização do bom desempenho do licitante; e
 - f) identificação da pessoa jurídica emitente, bem como o nome e o cargo.
- Não se aplica.

7.4.4. Para fins da comprovação de que trata o item 7.4.1, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: Não se aplica.



7.4.5. Parcela de maior relevância: Não se aplica.

7.4.6. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional: Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional no CREA, em plena validade.

7.4.7. Licença de funcionamento: Será exigida.

7.4.8. Outras exigências de qualificação técnica: Não será exigida.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, “H” DA LEI Nº 14.133/2021)

8.1. Forma e critérios:

8.1.1. A forma de seleção dar-se-á por meio de Contratação Direta por DISPENSA DE LICITAÇÃO em razão de emergencialidade, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. A emergencialidade é caracterizada pelo Decreto Estadual nº 1.530, de 18 de maio de 2026 (fls. 11–13).

8.1.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO GLOBAL, considerando o valor total para o fornecimento e a instalação integral do objeto, desde que atendidas todas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.1.3. Será considerado primeiro classificado, o fornecedor que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL para a execução integral do objeto, desde que sua proposta seja considerada válida e atenda aos requisitos técnicos e às demais condições estabelecidas pela Administração.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ARTS. 6º, XXIII, “E”; 18, III, e 40, § 1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021)

9.1. Execução do objeto:

9.1.1. O serviço é enquadrado como não continuado.

9.1.2. O regime de execução da prestação dos serviços será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, considerando que o objeto compreende a execução integral da instalação da bomba hidráulica submersível, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais, componentes, acessórios e serviços necessários ao perfeito funcionamento do sistema, por preço certo e total.

9.1.3. Os funcionários da CONTRATADA deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial nas unidades requisitantes, respeitando as normas de cada instituição.

9.1.4. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

9.1.5. As quantidades licitadas e informadas são estimativas, podendo a CONTRATANTE requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação.



9.1.6. A execução contratual observará as rotinas previstas no Anexo IV.

9.1.7. Endereços de execução:

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Anexo I	Rua Esteves Júnior, 390 Centro Florianópolis - SC, CEP 88.015-130	(48)3664-7305	geapo.anexo@saude.sc.gov. br

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, “F” DA LEI Nº 14.133/2021 E INSTRUÇÃO NORMATIVA SEA Nº 7/2026)

10.1. Compete ao gestor do contrato:

I - iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade competente para decisão os seguintes atos e procedimentos:

- prorrogação e suspensão de prazo;
 - alterações qualitativas e quantitativas;
 - revisão, reequilíbrio e repactuação dos preços registrados;
 - processo administrativo sancionador;
 - recomendação de abertura de processo licitatório, quando for o caso;
 - quaisquer outros atos e procedimentos que impliquem a celebração de termo aditivo, apostilamento ou qualquer outro registro;
 - cancelamento de ARP e extinção do contrato;
 - apuração e restituição de danos, prejuízos e indenizações à Administração Pública;
- II - coordenar, orientar e supervisionar a atuação dos fiscais do contrato ou da ARP, promovendo a integração das informações necessárias à adequada execução contratual;
- III - acompanhar a execução orçamentária e financeira da contratação, adotando as providências necessárias para assegurar a disponibilidade de recursos durante toda a vigência contratual;
- IV - manter controle atualizado e acompanhar os saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados, evitando a realização de serviço ou fornecimento sem prévio empenho;
- V - realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para os devidos registros;
- VI - acompanhar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas no edital e contrato e das exigências legais;
- VII - promover o encaminhamento da documentação necessária à liquidação e ao pagamento, após o atesto da execução pelo fiscal do contrato, quando exigido;
- VIII - promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão, após a assinatura do contrato;
- IX - requerer auxílio às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- X - manter atualizadas as estimativas de consumo, tanto para apurar a suficiência do saldo até o término do contrato como para orientar as futuras contratações;
- XI - acompanhar a execução do Plano de Fiscalização, quando houver, bem como monitorar os riscos identificados na fase de planejamento da contratação, propondo medidas preventivas e corretivas;
- XII - consolidar as informações produzidas pelos fiscais, promovendo o acompanhamento sistemático da execução contratual e registrando as ocorrências relevantes;
- XIII - formalizar as comunicações oficiais com a contratada relativas à gestão administrativa do contrato, ressalvadas as atribuições específicas do fiscal;
- XIV - acompanhar o cumprimento das determinações decorrentes de notificações, glosas, sanções administrativas e demais medidas adotadas durante a execução contratual;



XV - elaborar relatório conclusivo da execução contratual ou da ARP, contendo avaliação do desempenho da contratada, das ocorrências registradas, das medidas adotadas e das recomendações para futuras contratações;

XVI - propor à autoridade competente medidas destinadas ao aperfeiçoamento da execução contratual, à mitigação de riscos e à prevenção da reincidência de falhas verificadas durante a execução;

XVII - receber definitivamente aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade; e

XVIII - qualquer outra que se faça necessária ao desempenho da atividade de gestão.

10.1.1. Compete ao gestor setorial:

I - coordenar administrativamente a execução da ARP compartilhada e do contrato compartilhado;

II - acompanhar a execução das contratações realizadas pelos órgãos e entidades participantes, consolidando as informações encaminhadas pelos respectivos gestores setoriais;

III - monitorar os saldos, a vigência e a utilização da ata, adotando as providências necessárias para sua adequada gestão;

IV - promover a instrução dos processos relativos à alteração, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação, cancelamento, extinção e demais atos de gestão da ata, submetendo-os à autoridade competente;

V - prestar orientação técnica aos gestores e fiscais setoriais quanto à execução das contratações decorrentes da ata;

VI - analisar as ocorrências comunicadas pelos órgãos e entidades participantes e deliberar quanto às providências administrativas cabíveis;

VII - acompanhar o cumprimento das decisões administrativas relacionadas à ARP compartilhada e ao contrato compartilhado;

VIII - exercer outras atribuições necessárias ao gerenciamento da ARP compartilhada e do contrato compartilhado.

10.2. Compete ao fiscal do contrato:

I - identificar o objeto contratado;

II - conhecer as condições estabelecidas no contrato, na ARP, no edital e nas especificações técnicas para o recebimento do objeto;

III - praticar os atos necessários à verificação do fiel cumprimento das obrigações, exigindo as providências necessárias para tal fim;

IV - verificar a conformidade da execução do objeto com as especificações técnicas, quantitativos, níveis mínimos de desempenho, indicadores de qualidade e demais requisitos previstos no edital, contrato ou ARP;

V - receber o objeto contratado, examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes e proceder ao atesto ou à certificação da despesa;

VI - recusar produto ou serviço em desacordo com as condições fixadas em edital;

VII - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

VIII - manter organizado e atualizado o histórico da fiscalização, incluindo relatórios, fotografias, registros eletrônicos, notificações, comunicações e demais documentos produzidos durante a execução contratual;

IX - informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

X - comunicar imediatamente ao gestor toda situação que possa ocasionar risco à continuidade da execução contratual, prejuízo ao interesse público ou dano ao erário;

XI - fazer diligências à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas ocorrências;

XII - exigir, por escrito, o refazimento ou correção, comunicando ao gestor do contrato nos casos de não atendimento ou quando as soluções ultrapassarem as suas competências;

XIII - notificar, por escrito, a contratada quanto ao não cumprimento das obrigações, fixando



prazo para cumprimento ou apresentação de justificativa;

XIV - encaminhar ao gestor do contrato a solicitação de instauração de processo administrativo sancionador, contendo os registros das ocorrências, notificações, defesas e justificativas da contratada, bem como a documentação necessária;

XV - aceitar ou rejeitar, motivadamente, a indicação do preposto feita pela empresa contratada;

XVI - manter contato com o preposto;

XVII - desempenhar suas atividades com autonomia e independência fiscalizatória, buscando as condições necessárias para o desempenho da função, comunicando ao gestor do contrato suas necessidades;

XVIII - acompanhar sistematicamente a execução do contrato, mantendo registros das ocorrências e dos documentos relativos à fiscalização;

XIX - manter os registros de confirmação de recebimento dos comunicados à contratada;

XX - Elaborar relatórios periódicos de fiscalização, contendo a avaliação da execução contratual, as ocorrências verificadas, as providências adotadas e as recomendações encaminhadas ao gestor do contrato;

XXI - assegurar o cumprimento do cronograma físico-financeiro;

XXII - encaminhar ao gestor do contrato, quando identificada a necessidade de modificação contratual, a respectiva proposta, acompanhada das devidas justificativas;

XXIII - conhecer os prazos de execução contratual e fornecer subsídios para as prorrogações, quando necessárias, ou manifestar-se contrariamente à prorrogação;

XXIV - assegurar a presença dos documentos exigidos em contrato para fins de pagamento;

XXV - verificar, quando cabível, a manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas contratualmente, comunicando ao gestor eventual irregularidade;

XXVI - apontar, por meio de instrumentos de medição, a necessidade de glosas em notas fiscais;

XXVII - verificar o cumprimento das garantias técnicas, prazos de garantia, assistência técnica e demais obrigações pós-entrega previstas contratualmente, quando aplicáveis;

XXVIII - fiscalizar o cumprimento das normas de segurança do trabalho, proteção ambiental, acessibilidade e demais exigências legais incidentes sobre a execução contratual, quando compatíveis com o objeto contratado;

XXIX - solicitar auxílio às áreas técnicas, administrativas, jurídicas ou de controle, quando necessário;

XXX - acompanhar o cumprimento das determinações expedidas pelo gestor do contrato e informar sobre sua efetiva implementação; e

XXXI - conhecer os limites de sua atuação na atividade de fiscalização, bem como zelar pela estrita observância das cláusulas contratuais específicas e das normas internas aplicáveis.

10.3. Da Gestão das Atas de Registro de Preços Compartilhadas e dos Contratos Compartilhados

10.3.1. Compete ao gestor da unidade gerenciadora:

I - Coordenar administrativamente a execução da ARP compartilhada e do contrato compartilhado;

II - Acompanhar a execução das contratações realizadas pelos órgãos e entidades participantes, consolidando as informações encaminhadas pelos respectivos gestores setoriais;

III - monitorar os saldos, a vigência e a utilização da ata, adotando as providências necessárias para sua adequada gestão;

IV - Promover a instrução dos processos relativos à alteração, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação, cancelamento, extinção e demais atos de gestão da ata, submetendo-os à autoridade competente;

V - Prestar orientação técnica aos gestores e fiscais setoriais quanto à execução das contratações decorrentes da ata;

VI - Analisar as ocorrências comunicadas pelos órgãos e entidades participantes e deliberar



quanto às providências administrativas cabíveis;

VII - acompanhar o cumprimento das decisões administrativas relacionadas à ARP compartilhada e ao contrato compartilhado;

VIII - exercer outras atribuições necessárias ao gerenciamento da ARP compartilhada e do contrato compartilhado.

10.3.2. Compete ao fiscal da unidade gerenciadora da ARP compartilhada e do contrato compartilhado.

I - Acompanhar a execução das contratações decorrentes da ARP compartilhada e do contrato compartilhado, observando as informações prestadas pelos fiscais setoriais dos órgãos e entidades participantes;

II - Prestar suporte técnico e orientações aos fiscais setoriais quanto à correta fiscalização da execução contratual;

III - consolidar e manter atualizados os registros de ocorrências, notificações, comunicações e demais informações relacionadas à execução da ata;

IV - Acompanhar o cumprimento das providências determinadas em decorrência das irregularidades identificadas pelos órgãos e entidades participantes;

V - Comunicar ao gestor as irregularidades que possam comprometer a execução da ata ou demandem providências administrativas;

VI - Subsidiar a instrução dos processos de alteração, revisão, cancelamento e demais atos relacionados à gestão da ata;

VII - manter intercâmbio permanente com os fiscais setoriais, promovendo a uniformização dos procedimentos de fiscalização;

VIII - exercer outras atribuições relacionadas ao acompanhamento da execução da ARP compartilhada e do contrato compartilhado.

10.3.3. Verificada irregularidade na execução das contratações decorrentes de ARP compartilhada e de contrato compartilhado, nos termos do Decreto estadual nº 1.560, de 11 de junho de 2026, deverão ser observadas as seguintes instruções:

I - O fiscal setorial da unidade participante:

a) notificará a contratada para regularização e apresentação de justificativa;

b) comunicará à unidade gerenciadora, no ato da notificação; e

c) solicitará a apuração de infração administrativa ao gestor setorial, por meio de relatório técnico, quando cabível;

II - O gestor setorial da unidade participante:

a) analisará os fatos relatados pelo fiscal; e

b) solicitará a instauração de processo administrativo sancionador à unidade gerenciadora;

III - O fiscal da unidade gerenciadora:

a) analisará as informações e os documentos encaminhados pela unidade participante;

b) verificará, junto aos demais órgãos e entidades participantes, a existência de ocorrências relacionadas à mesma ARP ou contrato;

c) reunirá os processos administrativos relacionados aos fatos para subsidiar a análise conjunta; e

d) elaborará manifestação técnica e a encaminhará ao gestor da unidade gerenciadora, sugerindo, quando cabível, a instauração de processo administrativo sancionador;

IV - O gestor da unidade gerenciadora:

a) realizará o juízo de admissibilidade;

b) decidirá pela instauração do processo administrativo sancionador, quando cabível;

c) avaliará demais providências administrativas que deverão ser adotadas em processos autônomos;

d) avaliará medidas que devam ser adotadas pela Administração, objetivando evitar a repetição de fatos ou de irregularidades semelhantes às apuradas.



10.3.4. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
Não se aplica.

10.4. Da extinção contratual:

10.4.1. A rescisão do contrato poderá ser efetuada nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, bem como acarretar as consequências previstas no art. 139 da referida legislação.

10.4.2. O contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA caiba qualquer indenização ou reclamação nos seguintes casos:

- a) inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;
- b) inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada; e
- c) falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

10.4.3. A CONTRATADA reconhece e aceita os direitos da Administração em caso de rescisão contratual, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos estaduais aplicáveis.

11. DAS OBRIGAÇÕES

11.1. Obrigações gerais:

11.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115 da Lei nº 14.133/2021).

11.1.2. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (art. 121, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

11.2. Obrigações específicas da CONTRATADA:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no edital de licitação, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) estender aos contratos objeto, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da CONTRATADA;
- i) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à



- Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- j) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- k) mesmo não sendo a fabricante responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- l) manter endereço eletrônico de e-mail válido para fins de comunicação com a CONTRATANTE por todo o período de contratação, com a comunicação imediata à CONTRATANTE em caso de alteração;
- m) realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e para que possa assinar eletronicamente com certificação digital todos os documentos firmados com a CONTRATANTE; e
- n) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato.

11.3. Obrigações específicas da CONTRATANTE:

- a) comunicar à CONTRATADA quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da CONTRATADA de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento e/ou prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela CONTRATADA fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias; e
- g) prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Apuração e aplicação de penalidades aos licitantes:

- 12.1.1.** A apuração de infrações e a aplicação de sanções administrativas serão realizadas de acordo com o art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Estadual nº 1560/2026, sem prejuízo da aplicação de eventuais normas pertinentes ao caso concreto.

12.2. Recurso e pedido de reconsideração:

- 12.2.1.** A apresentação de recurso ou pedido de reconsideração dar-se-á na forma e prazos previstos no Decreto Estadual nº 1560/2026, sem prejuízo da aplicação de eventuais normas pertinentes ao caso concreto.

13. DO CONTRATO

13.1. Instrumento Contratual:

- 13.1.1.** Contrato e Autorização de Fornecedor ou Ordem de Fornecedor.

- 13.1.2.** O serviço é enquadrado como não continuado.



13.1.3. Vigência: 95 dias, contados a partir da data estabelecida no instrumento de formalização da contratação, abrangendo o período necessário ao fornecimento, à instalação, aos testes de funcionamento e ao recebimento do objeto, sem prejuízo das obrigações de garantia, que permanecerão exigíveis pelos respectivos prazos.

13.2. Gestor:

NOME	MATRÍCULA	SETOR	TELEFONE / E-MAIL
Arnaldo Graupner	716833-0-01	GEOMA	(48) 3664-8867 / geoma@saude.sc.gov.br

13.3. Fiscal:

NOME	MATRÍCULA	SETOR	TELEFONE / E-MAIL
Gustavo Gomes de Oliveira	626994-0-0	GEOMA	(48) 3664-5738

14. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ARTS. 6º, XXIII, “G” e 40, § 1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)

14.1. Critérios de medição:

Não se aplica.

14.2. Prazos e recebimento:

14.2.1. Prazo de início da execução: 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela contratada, observadas as condições necessárias para acesso ao local e início dos serviços.

14.2.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 90 (noventa) dias, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

14.2.3. O prazo da disposição acima será contado da comunicação do contratado acerca da conclusão do serviço.

14.2.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

14.2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.2.6. Os serviços serão recebidos, definitivamente, no prazo de 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove



o atendimento das exigências contratuais.

14.2.7. Método de recebimento:

14.2.7.1. O recebimento do objeto será realizado em duas etapas, provisória e definitiva, por servidor ou comissão designada pela Contratante, mediante verificação da conformidade dos equipamentos, materiais e serviços executados com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14.2.7.2. Recebimento provisório: será realizado mediante termo detalhado, após a conclusão da instalação da bomba hidráulica submersível e dos componentes integrantes do sistema, para posterior verificação do atendimento às exigências técnicas e contratuais.

14.2.7.3. Para fins de recebimento provisório, serão verificados, no mínimo:

- a) a conformidade da bomba fornecida com as características técnicas especificadas;
- b) a instalação adequada das conexões hidráulicas e dos componentes elétricos;
- c) a instalação e o funcionamento do quadro de comando e proteção;
- d) o funcionamento dos modos de acionamento manual e automático por nível de água;
- e) a realização dos testes de funcionamento e segurança;
- f) a entrega dos manuais, documentos de garantia e demais documentos exigidos.

14.2.7.4. Recebimento definitivo: será realizado por servidor ou comissão designada pela Contratante, mediante termo detalhado, após a verificação da qualidade e do funcionamento do conjunto instalado, a confirmação do atendimento às condições contratuais e a resolução de eventuais pendências identificadas no recebimento provisório.

14.2.7.5. Caso sejam constatadas falhas, defeitos, desconformidades ou pendências, a Contratante notificará a contratada para que providencie as correções necessárias, sem ônus adicional, no prazo estabelecido pela fiscalização, ficando o recebimento definitivo condicionado à regularização das ocorrências.

14.2.7.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança, solidez e correto funcionamento do objeto, nem afasta as obrigações legais e contratuais relativas à garantia.

14.2.7.7. Os prazos para realização dos recebimentos provisório e definitivo serão aqueles estabelecidos neste Termo de Referência ou no instrumento contratual, observadas as disposições do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

14.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.2.9. Prazo para liquidação do documento fiscal: 5 (cinco) dias úteis.

14.2.10. Prazo de pagamento: até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto com a respectiva nota fiscal, fatura ou documento legalmente equivalente.



14.3. Do reajuste (art. 92, V, da Lei nº 14.133/2021):

14.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado. A partir desse prazo, os preços serão reajustados conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

14.3.2. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DO VALOR ESTIMADO (ART. 6º, XXIII, “I”; ART. 18º, IV, E ART. 23º E 24º DA LEI Nº 14.133/2021 E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2026/SEA)

15.1. O valor indicado na requisição trata-se apenas de estimativa. A análise detalhada de preços – compreendendo a planilha e a instrução de pesquisa – será realizada, em momento oportuno, pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC).

15.2. Foi realizado o orçamento no sistema Sicop obtendo-se o valor abaixo, segundo os relatórios constantes no presente processo.

Valor	R\$ 21.081,21
-------	---------------

16. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, “J” DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, VII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

16.1. A contratação seguirá após a declaração de disponibilidade orçamentário-financeira emitida pela Superintendência do Fundo Estadual de Saúde em documento apensado ao processo.

17. DA ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (ART. 18, X, DA LEI Nº 14.133/2021 E ART. 4º, III, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

17.1. Conforme documento de Análise de Riscos anexado ao processo.

18. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

18.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

- a) declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- b) comprometem-se a não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- c) comprometem-se a notificar à Controladoria Geral do Estado (CGE) qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato; e
- d) declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

19. DO(S) RESPONSÁVEL(IS) PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



NOME	MATRÍCULA	TELEFONE / E-MAIL
Rafael Santos Agapito	0753929-0-01	(48) 3664-8922 / agapitors@saude.sc.gov.br
Marcio Claudio Cardoso da Silva	0676635-8-03	(48) 3664-8879 / silvamcc@saude.sc.gov.br
Mayara Laureano Hampel	987095-4-04	(48) 3664-9010 / hampelml@saude.sc.gov.br

20. DO GESTOR RESPONSÁVEL DA UNIDADE REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE / E-MAIL
ARNALDO GRAUPNER	0716833-0-01	(48) 3664-8867 / geoma@saude.sc.gov.br

21. DA AUTORIDADE COMPETENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE / E-MAIL
Anderson L. Kretzer		(48) 3664-8882 / sga@saude.sc.gov.br

Local, data e assinatura digital.



ANEXO I

1. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

LOTE					
ITEM	CÓDIGO	REQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO	QNT.	DEMANDANTE
01	502400011		Serviço de Manutenção Predial - Fornecimento e a instalação de 01 (uma) bomba hidráulica submersível, destinada à drenagem de águas pluviais, com as seguintes características técnicas mínimas: potência de 5 CV; equipada com pré-filtro; pressão máxima de 18 mca; vazão máxima de 115.000 L/h; conexão de saída para tubulação de 3"; motor trifásico, tensão de alimentação de 380 V; devidamente aterrada e com conexão hidráulica por rosca. O fornecimento deverá contemplar todos os equipamentos, materiais, acessórios e serviços necessários à instalação e ao perfeito funcionamento do conjunto, incluindo o quadro de comando e proteção específico para a bomba. O quadro deverá possuir, no mínimo, dispositivos de proteção contra curto-circuito, sobrecarga e falta/inversão de fase, dispositivo de seccionamento, sistema de aterramento, cabos de alimentação, eletrodutos e demais componentes elétricos necessários, devidamente dimensionados para as características do equipamento fornecido. O sistema deverá dispor de comando automático para acionamento e desligamento da bomba em função do nível de água no poço de drenagem, por meio de boias elétricas, sensores de nível ou solução tecnicamente equivalente, bem como possibilitar o acionamento em modo manual para fins de operação e manutenção. A bomba e os demais componentes do sistema deverão ser fornecidos e instalados pela empresa contratada, incluindo todos os serviços necessários à sua completa operacionalização. Deverão ser fornecidos, ainda, manual de instalação, operação e manutenção do equipamento, bem como garantia mínima de 01 (um) ano, contada a partir da data de instalação e/ou recebimento definitivo do equipamento.	01	Anexo I



ANEXO II

ATESTADO DE VISTORIA

Atestamos que a empresa _____, inscrita no CGC/MF sob o nº _____ para fins da Licitação nº XXX/XXXX – Pregão Eletrônico – PSES xxxx/xxxx, cujo objeto é a XXXXXXXXXXXXX, visitou e verificou o local onde serão executados os serviços, objeto da Licitação, não tendo dúvidas quanto ao cumprimento das obrigações objeto da referida Licitação.

Carimbo e Assinatura do Diretor Geral ou Gerente ou quem os substitua

_____/_____/____/____



ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA OPÇÃO DE NÃO-REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, na qualidade de representante da empresa _____, CNPJ nº _____, que não será necessário realizar vistoria nos locais onde haverá execução dos serviços objeto da Licitação nº XXXX/XXXX – Pregão Eletrônico – PSES XXXXX/XXXXX, cujo objeto é a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, e que me encontro ciente de que em nenhuma hipótese a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações.

_____(Localidade)_____, ____ de _____ de 20

(assinatura do responsável pela Empresa)

Nome do declarante _____

Número da Cédula de Identidade _____



ANEXO IV

ROTINAS E PROCEDIMENTOS PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E COMISSIONAMENTO DA BOMBA HIDRÁULICA SUBMERSÍVEL

1. OBJETIVO

Estabelecer as etapas, os procedimentos e os requisitos mínimos para o fornecimento, a instalação, os testes e a entrega em funcionamento de 01 (uma) bomba hidráulica submersível para drenagem de águas pluviais, com potência de 5 CV, incluindo quadro de comando e proteção, sistema de acionamento automático por nível de água e operação manual, bem como todos os materiais, equipamentos, acessórios e infraestrutura necessários ao perfeito funcionamento do conjunto.

2. ETAPA 1 – PREPARAÇÃO E INSPEÇÃO DO LOCAL

2.1. Antes do início da instalação, a contratada deverá realizar vistoria no local, a fim de verificar as condições existentes e a compatibilidade da bomba e dos componentes fornecidos com a infraestrutura disponível.

2.2. A vistoria deverá contemplar, no mínimo:

- a) verificação das condições de acesso, instalação e posicionamento da bomba;
- b) inspeção das condições da tubulação de recalque e das conexões hidráulicas existentes;
- c) verificação da compatibilidade da conexão de saída de 3" com a tubulação e os acessórios necessários;
- d) verificação das condições da alimentação elétrica, incluindo tensão, número de fases, aterramento e possibilidade de instalação do quadro de comando e proteção;
- e) avaliação das condições de instalação do dispositivo de controle de nível de água e dos componentes necessários ao acionamento automático;
- f) identificação de eventuais interferências, inadequações ou necessidades de adaptação para a instalação segura do equipamento.

2.3. Caso sejam identificadas condições que possam comprometer a instalação ou o funcionamento do conjunto, a contratada deverá comunicar formalmente a fiscalização antes de executar intervenções adicionais, aguardando as orientações e autorizações cabíveis.

3. ETAPA 2 – FORNECIMENTO E CONFERÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

3.1. A contratada deverá fornecer e disponibilizar todos os equipamentos, materiais, componentes e acessórios necessários à execução integral do objeto.

3.2. A bomba fornecida deverá atender às especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência, incluindo:

- a) potência nominal de 5 CV;



- b) alimentação elétrica trifásica, 380 V;
- c) vazão máxima especificada de 115.000 L/h;
- d) pressão máxima especificada de 18 mca;
- e) conexão de saída de 3", com conexão hidráulica por rosca;
- f) fornecimento de pré-filtro e crivo;
- g) compatibilidade dimensional com o local de instalação.

3.3. A contratada deverá conferir a integridade física dos equipamentos, a identificação do fabricante, os dados de placa, os acessórios e os documentos técnicos fornecidos, verificando a compatibilidade entre a bomba, o quadro de comando e os demais componentes.

3.4. Deverão ser fornecidos, no mínimo, os seguintes itens, quando aplicáveis à instalação:

- a) bomba hidráulica submersível;
- b) quadro de comando e proteção elétrica;
- c) dispositivo de controle de nível de água para acionamento automático;
- d) dispositivos de comando manual e automático;
- e) cabos elétricos, eletrodutos, conexões, terminais, dispositivos de proteção e seccionamento;
- f) materiais e acessórios hidráulicos necessários à conexão da bomba à tubulação de recalque;
- g) elementos de fixação e demais acessórios necessários à montagem;
- h) materiais para execução e adequação do aterramento elétrico;
- i) demais materiais e componentes indispensáveis ao funcionamento seguro do conjunto.

4. ETAPA 3 – INSTALAÇÃO DA BOMBA E DAS CONEXÕES HIDRÁULICAS

4.1. A instalação deverá ser executada por profissionais qualificados, observando as instruções do fabricante, as normas técnicas aplicáveis e as condições de segurança do local.

4.2. A contratada deverá realizar o posicionamento e a fixação da bomba, observando as condições de submersão, o espaço disponível, a estabilidade do conjunto e as recomendações do fabricante.

4.3. Deverão ser realizadas as conexões hidráulicas necessárias ao recalque da água, assegurando compatibilidade dimensional, vedação adequada e resistência às condições de operação previstas.

4.4. O pré-filtro e o crivo deverão ser instalados de forma compatível com o equipamento, permitindo a passagem da água e reduzindo o ingresso de resíduos capazes de prejudicar o funcionamento da bomba, sem comprometer a vazão de operação.



4.5. A contratada deverá verificar as condições da tubulação de recalque e dos acessórios, corrigindo vazamentos e inadequações decorrentes dos serviços executados.

4.6. A instalação deverá assegurar que a bomba opere nas condições previstas pelo fabricante, sem funcionamento a seco, obstruções indevidas ou condições que possam provocar danos ao equipamento.

5. ETAPA 4 – INSTALAÇÃO ELÉTRICA E MONTAGEM DO QUADRO DE COMANDO

5.1. A contratada deverá executar as instalações elétricas necessárias ao funcionamento da bomba, incluindo cabos, eletrodutos, conexões, terminais, aterramento, dispositivos de proteção e seccionamento e demais componentes previstos no objeto.

5.2. O quadro de comando e proteção deverá ser dimensionado para as características elétricas da bomba e deverá permitir os modos de operação manual e automático.

5.3. O sistema elétrico deverá possuir os dispositivos de proteção adequados à instalação, incluindo proteção contra curto-circuito e sobrecarga, além de meios de seccionamento para permitir o desligamento seguro do equipamento.

5.4. A instalação deverá observar a compatibilidade com a alimentação trifásica de 380 V, bem como os requisitos de dimensionamento dos condutores, proteção dos circuitos, aterramento e segurança elétrica.

5.5. Os cabos e eletrodutos deverão ser instalados de forma organizada e protegida contra danos mecânicos, umidade e demais condições ambientais pertinentes ao local.

5.6. As ligações elétricas deverão ser executadas por profissionais qualificados e autorizados, observando os requisitos de segurança aplicáveis, especialmente os previstos na NR-10 e na ABNT NBR 5410, quando pertinentes.

5.7. Antes da energização, deverão ser verificadas as ligações elétricas, a continuidade do aterramento, as condições de isolamento e a adequação dos dispositivos de proteção.

6. ETAPA 5 – INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE NÍVEL

6.1. A contratada deverá instalar e configurar o dispositivo de controle de nível de água responsável pelo acionamento automático da bomba.

6.2. O sistema deverá permitir:

- a) acionamento automático da bomba quando a água atingir o nível de acionamento configurado;
- b) desligamento automático quando a água atingir o nível de desligamento configurado;
- c) operação manual por comando próprio no quadro de comando;
- d) alternância entre os modos manual e automático, de forma segura e claramente identificada.

6.3. Os níveis de acionamento e desligamento deverão ser ajustados de acordo com as características do local, as condições de drenagem e as recomendações do fabricante, evitando acionamentos indevidos e ciclos excessivamente frequentes.



6.4. O dispositivo de controle de nível deverá ser instalado em posição adequada, de modo a permitir a detecção confiável da variação do nível de água.

6.5. A contratada deverá verificar a atuação do sistema de controle e confirmar que os comandos de acionamento e desligamento correspondem aos níveis configurados.

7. ETAPA 6 – TESTES, COMISSIONAMENTO E VERIFICAÇÃO FUNCIONAL

7.1. Após a conclusão da instalação, a contratada deverá realizar os testes necessários para verificar a integridade, a segurança e o funcionamento do conjunto.

7.2. Os testes deverão contemplar, no mínimo:

- a) verificação das conexões hidráulicas e da ausência de vazamentos nos pontos de intervenção;
- b) verificação das ligações elétricas, do aterramento e dos dispositivos de proteção;
- c) teste de acionamento manual da bomba;
- d) teste de acionamento automático por nível de água;
- e) teste de desligamento automático no nível configurado;
- f) verificação da atuação dos comandos e dos dispositivos de proteção;
- g) verificação de ruídos, vibrações, aquecimento ou outras condições anormais durante a operação;
- h) verificação do bombeamento da água e da ausência de obstruções aparentes;
- i) confirmação de que o conjunto opera de forma estável e segura.

7.3. Os testes deverão ser realizados em condições seguras e compatíveis com as instruções do fabricante, sem provocar funcionamento a seco ou submeter o equipamento a condições operacionais inadequadas.

7.4. Quando tecnicamente viável e sem comprometer a segurança ou as instalações existentes, a contratada deverá verificar o desempenho hidráulico do conjunto nas condições disponíveis de operação.

7.5. A comprovação de vazão e altura manométrica deverá considerar a curva característica do equipamento e as condições reais de operação. Caso seja necessária a comprovação quantitativa desses parâmetros, o método de medição deverá ser previamente acordado com a fiscalização.

7.6. Os resultados dos testes deverão ser registrados em relatório ou termo de comissionamento, contendo, no mínimo, a identificação do equipamento, a data dos testes, os procedimentos realizados, as ocorrências identificadas e a conclusão quanto ao funcionamento do conjunto.

7.7. Caso sejam constatadas falhas ou inadequações decorrentes do fornecimento ou da instalação, a contratada deverá realizar as correções necessárias e repetir os testes pertinentes, sem ônus adicional para a Contratante.

8. ETAPA 7 – ENTREGA TÉCNICA E DOCUMENTAÇÃO



8.1. Concluídos os serviços e aprovados os testes de funcionamento, a contratada deverá entregar o conjunto instalado, configurado e em condições adequadas de operação.

8.2. A contratada deverá fornecer à Contratante, no mínimo:

- a) manual de operação e manutenção da bomba, em língua portuguesa;
- b) identificação do fabricante, modelo e número de série do equipamento;
- c) documentação de garantia do equipamento e dos componentes fornecidos;
- d) orientações para operação dos modos manual e automático;
- e) relatório ou termo de comissionamento com os resultados dos testes realizados;
- f) identificação dos dispositivos de comando e proteção instalados;
- g) documentação de responsabilidade técnica, incluindo ART ou documento equivalente, quando exigível em razão das atividades executadas.

8.3. A contratada deverá orientar os responsáveis indicados pela Contratante quanto ao funcionamento do equipamento, à seleção dos modos de operação, aos procedimentos básicos de segurança e às condições que exigem o desligamento do conjunto e a comunicação à assistência técnica.

8.4. A entrega técnica não afasta a responsabilidade da contratada pela correção de falhas identificadas no recebimento ou durante o período de garantia.

9. ETAPA 8 – RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O recebimento do objeto ficará condicionado à conclusão da instalação, à realização dos testes previstos, à entrega da documentação exigida e à verificação de conformidade com o Termo de Referência.

9.2. A fiscalização deverá verificar se o equipamento e seus componentes correspondem às especificações contratadas e se o sistema de drenagem apresenta funcionamento adequado nas condições verificadas durante os testes.

9.3. Eventuais pendências, defeitos ou inconformidades deverão ser registrados e comunicados à contratada, que deverá providenciar sua correção nos prazos definidos pela Contratante, observadas as condições contratuais.

9.4. O recebimento definitivo será formalizado após a verificação do atendimento às exigências contratuais, sem prejuízo das responsabilidades da contratada e da garantia aplicável.

10. GARANTIA E RESPONSABILIDADES APÓS A ENTREGA

10.1. A contratada deverá assegurar a garantia mínima de 01 (um) ano, conforme estabelecido no Termo de Referência, observadas as condições e o marco inicial de contagem nele definidos.



10.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá corrigir, sem ônus adicional para a Contratante, os defeitos de fabricação, montagem, instalação, configuração ou interligação abrangidos pela garantia.

10.3. Os reparos e as substituições deverão ser realizados de modo a restabelecer as condições de funcionamento e segurança do conjunto, observadas as condições contratuais e as instruções do fabricante.

10.4. A contratação não compreende serviços periódicos de manutenção preventiva ou corretiva após a entrega, salvo quando necessários para o cumprimento das obrigações de garantia ou expressamente previstos no instrumento contratual.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Todas as etapas deverão ser executadas de forma coordenada, observando o cronograma aprovado pela Contratante e as condições de acesso e operação do local.

11.2. Estão incluídos no escopo da contratada os equipamentos, materiais, acessórios, ferramentas, mão de obra, transporte e demais recursos necessários à execução integral do objeto, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.3. Nenhuma alteração que implique modificação das especificações, do escopo ou do valor contratado poderá ser executada sem a prévia autorização da Contratante, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

11.4. A contratada deverá manter o local organizado durante a execução dos serviços e providenciar a remoção dos resíduos gerados, destinando-os adequadamente conforme a legislação aplicável.

11.5. A conclusão dos serviços deverá resultar na entrega de um sistema de bombeamento instalado, testado, seguro e em condições adequadas de funcionamento, atendendo às exigências estabelecidas no Termo de Referência.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **J6DY69G9**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAFAEL SANTOS AGAPITO (CPF: 035.XXX.079-XX) em 22/10/2026 às 14:07:21

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/08/2025 - 11:52:23 e válido até 13/08/2125 - 11:52:23.

(Assinatura do sistema)



MÁRCIO CLÁUDIO CARDOSO DA SILVA (CPF: 743.XXX.169-XX) em 22/10/2026 às 14:20:49

Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/06/2025 - 16:55:43 e válido até 10/06/2125 - 16:55:43.

(Assinatura do sistema)



ANDERSON L. KRETZER (CPF: 017.XXX.789-XX) em 22/10/2026 às 15:28:46

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:17:14 e válido até 13/07/2118 - 13:17:14.

(Assinatura do sistema)



ARNALDO GRAUPNER (CPF: 063.XXX.709-XX) em 22/10/2026 às 17:26:31

Emitido por: "SGP-e", emitido em 17/05/2023 - 16:37:05 e válido até 17/05/2123 - 16:37:05.

(Assinatura do sistema)



MAYARA LAUREANO HAMPEL (CPF: 047.XXX.959-XX) em 22/10/2026 às 18:17:28

Emitido por: "SGP-e", emitido em 18/03/2019 - 18:19:27 e válido até 18/03/2119 - 18:19:27.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VtXzcwNTIfMDAxNTQ2NDfMTU1ODUwXzlwMjZfSjZEWTY5Rzk=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00154641/2026** e o código **J6DY69G9** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.